

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM IBITIPOCA, LIMA DUARTE/MG

Helena Tuler Creston

helenatuler@hotmail.com

Mestranda do Programa do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – MACPS, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais– UFMG, orientada pela professora Maria Cristina Villefort Teixeira.

RESUMO

Este trabalho trata do projeto de pesquisa inserido no programa de mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG, mostrando o que está sendo desenvolvido em seu momento inicial. Nessa fase, é colocada uma questão fundamental como tema de preocupação, como fica a memória e preservação frente às mudanças significativas provocadas pela expansão do turismo hoje, especificamente em locais inseridos em paisagens de grande relevância. O estudo pretende, assim, a compreensão da questão para a possibilidade de proposição de medidas de gestão específicas para esses locais, considerando a participação da comunidade como fundamental, a fim de manter a essência de cada lugar e evitar distorções físicas e culturais. Propõe-se que o palco deste estudo seja Ibitipoca, em Lima Duarte/MG.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Desenvolvimento sustentável. Gestão.

ABSTRACT

This work is about the research project inserted into the master's program in Sustainable Built Environment and Heritage, UFMG, showing what is being developed in its initial moment. At this stage, is placed a key issue as a matter of concern, as is the memory and preservation in the face of significant changes caused by the expansion of tourism today, specifically in places embedded in landscapes of great importance. The study thus seeks to

understand the issue to the possibility of proposing specific management measures for these sites, considering the participation of the community as essential in order to maintain the essence of each place and avoid physical and cultural distortions. It is proposed that the stage of this study is Ibitipoca, in Lima Duarte / MG.

Key-words: Cultural heritage. Sustainable development. Management.

INTRODUÇÃO

O projeto aqui apresentado insere-se na linha de pesquisa “Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído”, do programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

O estudo traz uma discussão sobre interferências significativas em pequenas localidades inseridas em paisagens de relevância, provocadas pela prática do turismo. Tais lugares têm se transformado em visados objetos dessa atividade com mais intensidade na atualidade, trazendo uma relação de dicotomia entre a cultura local e o desenvolvimento, que acarreta em uma segunda dicotomia, aquela entre preservação e progresso.

Propõe-se que o palco deste estudo seja a Vila Conceição do Ibitipoca, distrito da cidade de Lima Duarte, MG. Conceição do Ibitipoca teve seu apogeu como rota alternativa do Caminho do Ouro, anteriormente à descoberta do material precioso em Vila Rica (atual Ouro Preto/MG), que culminou no êxodo da região. Desenvolveu-se com base na economia rural e, a partir da década de 1970, tendo sido criado o Parque Estadual do Ibitipoca, vive uma expansão constante como suporte ao Parque, hoje a principal atração turística.

Visitando com maior frequência e ‘habitando’ Ibitipoca, surgiu o desafio de trabalhar tais questões neste lugar, impregnado de uma ambiência ímpar e, exatamente por esta qualidade que o inspira, de um modo ou de outro, o poder de atração e as consequências que tal fenômeno provoca.

Além disso, parte da motivação vem da preocupação pessoal com o lugar em relação às transformações que vêm acontecendo frente ao crescimento do turismo, buscando-se especular possíveis perdas de valores culturais, do patrimônio ambiental, arquitetônico e

imaterial, visto que muitas vezes o investimento externo e a não valorização de quem vem de fora dão espaço à degradação do meio e ao lugar genérico.

Atualmente, pode-se inferir que a atividade turística em Ibitipoca tem contribuído para as relações econômicas e de lucro, causando apenas a dependência da atividade por parte da população local. Além disso, a maneira como a vila cresceu – impulsionada pelo turismo – não foi acompanhada pelo desenvolvimento estrutural e social na mesma proporção, tornando relevante um trabalho nesse sentido.

Alguns aspectos podem ser observados na situação recente da região, destacando-se a preocupação crescente quanto à preservação do Parque, a expansão dos loteamentos e a monopolização territorial. Tal conjuntura traz possíveis consequências, como o desordenamento urbano e a desfiguração física e cultural, ou seja, a descaracterização do lugar, preocupação a ser tratada no estudo.

O Parque Estadual do Ibitipoca é uma área de proteção ambiental, além de patrimônio natural, apresentando algumas restrições legais. É nítida a preocupação em relação à preservação e certo cuidado com o mesmo pela própria administração do IEF (Instituto Estadual de Florestas), com a legislação e fiscalização que o envolvem, bem como inúmeros estudos sobre a influência e mudanças causadas pelo turismo, que visam um uso com menores impactos no meio, ainda que essa preocupação não venha desde o início de sua criação, sendo observada principalmente nos últimos dez anos.

No entanto, fica claro que a preocupação com o patrimônio se restringe ao objeto Parque e não trata do conjunto quando são analisados a legislação e seus mapas anexos. O mapa anexo da lei de Zona de Expansão Urbana do Distrito de Conceição do Ibitipoca, por exemplo, corrobora com esta afirmação ao delimitar a Zona de Amortecimento também como área de proteção ambiental entre o Parque e o núcleo urbano já ocupado de Conceição do Ibitipoca, mas considerar uma expansão urbana para a Vila que prevê sua triplicação em área, o que ignora a manutenção do lugar com suas características originais de fuga do cotidiano, de ‘vazio’, do bucólico, as quais o tornam tão singular e remetem ao seu surgimento, bem anterior à criação do Parque.

Essa expansão já vem acontecendo com os inúmeros loteamentos que surgem sem ordenação e com uma tipologia arquitetônica estranha ao lugar, interferindo na paisagem como um todo. No documento intitulado Plano Diretor de Organização Territorial e

Desenvolvimento do Turismo de Conceição de Ibitipoca, de novembro de 2000, editado pela Fundação João Pinheiro no ano seguinte, há um capítulo que discorre sobre a organização territorial, indicando essa “preocupação com o estabelecimento de padrões mais adequados de construção para que a paisagem e as condições ambientais não sejam progressivamente desfiguradas”.

Com base neste trabalho, foi ainda editada a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Conceição de Ibitipoca, a qual prevê algumas normas para um planejamento urbano que mantenha as tipologias do crescimento espontâneo original de Ibitipoca. Porém, a situação observada não condiz com a legislação, seja por falhas na mesma, seja por falta de instrução ou mesmo fiscalização das obras, agravando o estado de conservação do conjunto paisagem apresentado na pesquisa.

A monopolização territorial é outro fator relevante em relação ao lugar, frente às consequências que pode acarretar, como a especulação imobiliária. Atualmente, por volta de 70% do entorno do Parque de Ibitipoca é uma reserva particular pertencente a um empresário da cidade de Juiz de Fora/MG. Intervenções na paisagem tendem a ocorrer conforme sua vontade e em prol de um crescimento sem planejamento. “... quem domina o espaço sempre pode controlar a política do lugar”. (HARVEY, 1989, p. 213)

METODOLOGIA

A discussão sobre a metodologia é entendida como fundamental para o entendimento do estudo e alcance de seus objetivos. Como método de abordagem, será seguida a linha de raciocínio do método indutivo, uma vez que a observação caminhará no sentido de determinar se o estudo condiz com a teoria existente, alimentando-a com novos fatos. Quanto aos métodos de procedimento, será aplicado o método qualitativo e estudos de caso, trazendo a perspectiva de outros locais cuja situação assemelha-se ao contexto da pesquisa, enxergando os limites do que tem sido feito no Brasil.

Como técnicas de pesquisa, o estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, uma revisão da literatura através de fontes secundárias e primárias. Essa é a parte de conceituação, que será a mais focada no artigo aqui apresentado. O trabalho também recorrerá à técnica de observação direta intensiva, entrevistas, histórias de vida e fotografias produzidas em trabalho de campo.

CONCEITUAÇÃO

Para a imersão no tema abordado, é necessário o estudo de alguns conceitos que se integram na discussão proposta da preservação frente ao progresso, trazendo-os ainda para a atualidade. A memória é um dos conceitos que permeia a pesquisa. Ela aparece aqui entendida como uma preocupação cultural e política emergencial nas sociedades ocidentais, tendo tornado-se uma obsessão cultural de proporções monumentais.

A musealização do mundo, a comercialização em massa da nostalgia, a literatura memorialística, práticas memorialistas nas artes visuais, mostram que o real pode ser mitologizado, e que a memória tornou-se uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. Segundo Huyssen, é possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando o medo do esquecimento¹.

Huyssen afirma que ocorreu uma obsessão pelo passado durante a pós-moderna década de 1980, quando se passou a construir uma vasta quantidade de museus e memoriais. Esse fenômeno demonstra que existiu um grande desejo de materializar a memória no momento em que a mídia invadiu a vida política, cultural e pessoal².

No processo de desenvolvimento das tecnologias midiáticas, a memória foi afetada pela nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo veloz da vida material e pela aceleração das imagens e das informações. A velocidade destrói o espaço e apaga a distância temporal. A continuidade/descontinuidade histórica, dependentes de um antes e um depois, cede lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis no presente através da tela. Nesse sentido, o imediatismo das imagens e informações causa a perda da percepção da diferença real no tempo histórico ou na distância geográfica³.

Huyssen ressalta ainda que as inovações científicas, tecnológicas e culturais numa sociedade orientada pelo consumo e pelo lucro criam objetos, estilos de vida e atitudes

¹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

predestinados à rápida obsolescência, o que faz encolher a duração temporal do presente. O aspecto temporal dessa obsolescência é a amnésia, que gera seu oposto: a nova cultura museica. Paradoxalmente, a disseminação da amnésia é acompanhada de um fascínio pela memória e pelo passado. Entretanto, a nova cultura de museus e memória contradiz a noção verdadeira de história, ao se converter em espetáculo e entretenimento. A cultura memorial pós-moderna é superficial e pode contribuir com a destruição da noção verdadeira de tempo⁴.

Pode-se inferir que nesse contexto situam-se os chamados *lugares de memória*⁵, espaços onde a memória se fixa e serve como uma nova forma de apreender a memória que não é natural, pois não é vivenciado mais o que ela representa. Nora critica esse processo de *patrimonialização*, no que se refere a sua tendência em reduzir o lugar de memória ao sítio topográfico e entregar o culto da memória aos abusos da comemoração, ao invés da transmissão tradicional da cultura, da oralidade entre as gerações.⁶

Assim, os lugares de memória deveriam ser uma representação da história de forma contínua, sendo transmitida através das gerações de forma natural, mas esta se transformou em comemoração, passando a encenar a história e a criar uma memória coletiva irreal, um produto cultural, que se tornou a forma dos povos se identificarem e se reconhecerem, permitindo um sentimento de formação de identidade e pertencimento.

Os lugares de memória têm, então, uma tripla conjuntura: são materiais, fixando os lugares para servir como apoio a apreensão da memória através de bandeiras, arquivos, dicionários, enciclopédias, museus, bibliotecas, monumentos, assim como comemorações e festas populares; são simbólicos, expressando e revelando o que seria sua memória coletiva, cristalizando e transmitindo-a entre as gerações; e por fim são funcionais, promovendo os rituais, derivados em espetáculos, lugares refúgio ou santuários. E antes de tudo, são restos, fragmentos, expressam uma “vontade de memória” de sociedades.⁷

Quaisquer que sejam as suas causas específicas, motivos ou contextos, as intensas práticas de memória que são vistas em distintas partes do mundo de hoje articulam uma

⁴ HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

⁵ *Lugar de memória* é um conceito histórico posto em evidência pela obra *Les Lieux de Mémoire*, editada a partir de 1984, sob a coordenação de Pierre Nora.

⁶ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

⁷ *Ibidem*.

crise fundamental de uma estrutura de temporalidade anterior, que marcou a época da alta modernidade, com sua fé no progresso e no desenvolvimento, celebrando o novo e o utópico. Posteriormente, uma das lamentações permanentes da modernidade refere-se à perda de um passado melhor, da memória de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis e numa cultura construída localmente com o seu fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes.⁸

Ao levar memória para o campo da percepção, observa-se que “... a memória gera fatos que são recebidos pela percepção e estruturados pelas experiências de uso do ambiente central. Dois paradigmas básicos da teoria arquitetônica-urbanística estão aí então contemplados: o da fenomenologia e o da estrutura morfológica.” (CASTELLO, 2003, p. 254)

Por fenomenologia, entende-se o estudo que busca a essência do fenômeno para além da aparência, da consciência. Essa essência é fundada na relação do objeto com aquele que o percebe⁹. A fenomenologia orienta seu olhar para a relação sujeito-objeto, buscando identificar os aspectos da percepção nessa relação individual, na chamada “experiência real” vivida pelo indivíduo em seu cotidiano, em contrapartida ao senso comum e à ciência, que atribuem como significado à percepção uma construção cultural que perde de vista o fenômeno em si. “O objeto ou a coisa percebidos não são um conglomerado de sensações e memórias. Assumindo o fenômeno, descobrimos um todo que já se projeta com um significado próprio”. Assim, na visão fenomenológica, a memória surge por ter um significado no presente, que a evoca, não aparecendo simplesmente como uma ficha catalogada de um arquivo.

Observa-se que, atualmente, a percepção espacial parece ser transformada pela forma com que o tempo se processa em ritmo acelerado. Questiona-se a redução ou mesmo abdução do tempo, levando a algumas teses que abordam certo adormecimento da percepção diante do cotidiano de repetições que se vive nesse mundo atual da pluralidade, rapidez e expansão, ou seja, o excesso de informações que se recebe faz com que a percepção destas realidades tenda a desaparecer na dinâmica dos fluxos e da descartabilidade. O efêmero tende a ser descartado rapidamente.

⁸ RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

⁹ “... perceber no sentido pleno da palavra, [...] é apreender um sentido imanente ao sensível antes de qualquer juízo.” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 63), ou seja, primeiramente se percebe, sem que qualquer valor pré-existente na memória interfira nessa percepção.

Uma justificativa para o adormecimento da percepção e para a ideia de que, quanto mais informação se tem, o significado em si mesmo passa a ser invisível, é que o condicionamento dos indivíduos ao movimento rápido e contínuo de estímulos exteriores e interiores tende a gerar nesses indivíduos um mecanismo de defesa contra a superestimulação, mecanismo este que resulta na “atitude blasé” descrita por Simmel “... somente afastando os complexos estímulos advindos da velocidade da vida moderna poderíamos tolerar os seus extremos”. (HARVEY, 1989, p.34). Dessa forma, o bloqueio em relação aos muitos estímulos externos, impedindo-os que penetrem em sua totalidade, diminui as experiências vividas por cada pessoa como uma forma de anestesia nela mesma.

Em A poética do espaço, busca-se o redescobrimto da imagem primeira, ancestral e arquetípica, formadora de pensamentos no inconsciente humano, onde todos os sentidos se despertam e trazem a reação do espanto no sentido do maravilhar-se. Tal espanto não é visto na atualidade, as pessoas não se permitem sentir o espaço diante da rapidez do cotidiano, ou o sentem de maneira diferenciada na contemporaneidade¹⁰. Arantes também discorre sobre o aspecto de desatenção e “empobrecimento moderno da experiência, que a certa altura chega a antecipar a indiferença sem perspectiva da cultura do simulacro...”¹¹.

Nesse sentido, Augé traz a ideia de multiplicação dos chamados *não-lugares*, aqueles que, diferentemente do conceito de *lugar*¹², não podem ser definidos como relacionais, históricos ou ligados à identidade. São espaços que não se integram a lugares anteriores a ele, sendo estes apenas listados, classificados e promovidos aos já citados *lugares de memória*. Tais espaços contêm uma massa de relações somente conectadas pelos fins certos – transporte, trânsito, comércio, entre outros – criando uma identidade compartilhada temporária dos passantes, que têm experiências simultâneas, portanto, somente no instante presente¹³.

¹⁰ BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: KUHNEN, Remberto Francisco; LEAL, Antonio da Costa; LEAL, Lídia do Vale Santos. *Bachelard (Os pensadores)*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 93-266. (1979)

¹¹ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 57. (1993)

¹² *Lugar* na antropologia é definido como uma construção concreta e simbólica do espaço, com as vicissitudes e contradições da vida social. Segundo De Certeau, apresenta três características fundamentais: é um espaço relacional de identidade (por possuir singular ocupação de elementos que coexistem e se interrelacionam nessa específica e instantânea configuração de posição), e necessariamente histórico (a partir do momento em que, combinando identidade e relações, é definido por uma estabilidade mínima onde se vive essa história). (AUGÉ, 1995, p. 53-55)

¹³ AUGÉ, Marc. *Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity*. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995. (1992)

Montaner, por sua vez, aparece com uma abordagem em relação à percepção mais voltada a uma transformação da mesma do que em sua ausência. Segundo este autor, os lugares não devem ser interpretados como recipientes existenciais permanentes, mas sim entendidos como focos de acontecimentos, fluxos, cenários de eventos efêmeros, dentro do dinamismo da contemporaneidade¹⁴. Nessa atual sociedade de alta mobilidade, “as impressões fugazes das pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas”, uma vez que podem constituir outra forma de percepção, uma percepção presente. Muitas vezes os visitantes, por exemplo, são capazes de perceber potencialidades e carências de um ambiente que não são mais visíveis para os residentes.¹⁵

O que está em pauta é, na verdade, o lugar e sua relação com o tempo. A “queda das barreiras espaciais”, devido à “compressão espaço-tempo”, não implica no decréscimo da significação do espaço, podendo, em mão contrária, levar à “busca de uma identidade coletiva ou pessoal, à procura de comportamentos seguros em um mundo cambiante”.¹⁶

Assim, ao mesmo tempo em que a globalização traz certa unidade dos espaços, cresce a necessidade de particularidades. De acordo com Habermas, “O novo valor atribuído ao transitório, ao fugidio e ao efêmero, a própria celebração do dinamismo, revela um anseio por um presente estável, imaculado e não corrompido”¹⁷.

No entanto, de qualquer modo, é preciso ter cautela com o “efeito desse colapso da cadeia significativa” de “reduzir a experiência a uma série de presentes puros e não relacionados no tempo”. “O outro lado da perda da temporalidade e da busca do impacto instantâneo é uma perda paralela de profundidade” e “... sua fixação nas aparências, nas superfícies e nos impactos imediatos que, com o tempo, não têm sustentação”¹⁸. Antes do interesse pelas novas formas sociais, modos de sensibilidade e instituições que caracterizam o presente contemporâneo, é imprescindível atentar para as mudanças que

¹⁴ MONTANER, Josep Maria. *La modernidad superada – Arquitectura, arte e pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997, p.45.

¹⁵ TUAN, Yi-fu. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 72. (1974)

¹⁶ HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Oxford: Brasil Blackwell Ltd, 1989, p. 272.

¹⁷ *Ibid.*, p.291.

¹⁸ *Ibid.*, p.57 e 59.

afetam a maioria das pessoas ao pensarem sobre suas relações e identidade¹⁹.

Não se deve ignorar a complexidade do tecido social e a variedade de posições individuais, que não podem ser deduzidas do “texto cultural”. Dessa complexidade é que surge a organização do espaço e o descobrimento de lugares. As coletividades precisam simbolizar a identidade compartilhada por todo o grupo, bem como a identidade particular de cada indivíduo e a identidade singular, que torna o grupo diferente de outros²⁰.

Trazendo para dentro desse contexto a questão do planejamento, acredita-se que as políticas preservacionistas devem ser inseridas em um planejamento diferenciado, visto que tais políticas, tradicionalmente desarticuladas daquelas mais amplas, mostram-se incompatíveis com a dinâmica da cidade contemporânea real, reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento.

As políticas preservacionistas inserem-se nesse planejamento diferenciado, visto que tais políticas, tradicionalmente desarticuladas daquelas políticas públicas mais amplas, mostram-se incompatíveis com a dinâmica da cidade contemporânea real, reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento. No Brasil, a trajetória das políticas de preservação caracteriza-se ainda pela exclusão da população local e apagamento sistemático da “memorabilidade” autêntica dos lugares. “Nesse novo quadro, em que a ideia da ‘conservação integrada’ parece desempenhar um importante papel, as políticas de patrimônio passam a ser vistas como um dos mais importantes elementos do planejamento urbano e regional...” (CASTRIOTA, 2003, p. 21).

A preservação nesta perspectiva é entendida a partir da ampliação do conceito de patrimônio (meados década 1970), resultando no conceito contemporâneo de *patrimônio ambiental urbano*. É preciso perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, a fim de preservar o equilíbrio da paisagem como um todo, frente ao desenvolvimento. A questão dos valores surge como central, trazendo certos questionamentos que devem ser feitos, como “o que conservar?”, “por que conservar?”, “para quem conservar?”, e o fim último da conservação passa a ser a manutenção desses

¹⁹ AUGÉ, Marc. *Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity*. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995, p. 40. (1992)

²⁰ *Ibid.*, p. 50.

valores.²¹

Para a manutenção do lugar é necessário perceber a essência de seu patrimônio ambiental, preservando tais características que apresentem significância, conforme proposto pela Carta de Burra²². Trata-se de uma preservação que considera a inevitabilidade da mudança, apreciando o desenvolvimento, porém de forma “sustentável”.

A ideia de desenvolvimento sustentável é ainda um discurso muito restrito à dimensão físico-energética (ambiental) e econômica. No entanto, aparece aqui associada à conservação no sentido de desenvolvimento que, enxergando a paisagem cultural como unidade de planejamento, preserva o que seria “suficiente” de se deixar às próximas gerações, entendendo a participação dos diversos atores da comunidade como fundamental no lidar com os múltiplos valores²³.

Observa-se que, em geral, a ampliação do conceito de patrimônio não foi acompanhada pela gestão desse, e que, na prática, a conservação não se engajou com a sustentabilidade. As políticas de conservação devem ser avaliadas para a proposição de novas formas de gerir o patrimônio e a mudança já inseridos na discussão do planejamento urbano, tendo em mente a introdução da comunidade como agente nesse processo. “Deve-se reconhecer a importância dos diferentes grupos e buscar as alternativas de conservação e sustentabilidade dos diferentes traços socioculturais...” (BUENO, 2003, p. 182).

PREMISSAS

A pesquisa pretende abordar toda a condição apresentada, somada às questões conceituais, privilegiando a situação da Vila Conceição do Ibitipoca em conjunto com o Parque, com menor foco para esse objeto isolado, a fim de propor possíveis soluções, seguindo para o que seria a preservação de uma situação ideal que considere o turismo como forma de desenvolvimento, com respeito à cultura local.

Acredita-se que o turismo como desenvolvimento não deve ser deixado de lado ou

²¹ CASTRIOTA, L. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 109.

²² Documento resultante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, de 1980, que estabelece princípios e procedimentos para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais (de valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes ou futuras). http://www.icomos.org.br/002_001.html, acesso em maio/2012.

²³ FAIRCLOUGHT, Graham. Cultural landscape, sustainability and living with change? In: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (org.). Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.

inibido, apenas visto de forma diferenciada e conduzido de forma “sustentável”. “... o desenvolvimento baseado em um turismo alternativo pode se constituir em ‘... uma mediação possível de dar algum dinamismo econômico a esses lugares, representada pela possibilidade de geração de emprego e renda...” (BUENO, 2003, p. 183), sendo orientações para esse turismo a preservação ambiental, o desenvolvimento participativo e a qualidade de vida.

Dessa forma, o projeto tratado tem como objetivo o desenvolvimento de medidas e estratégias de gestão relacionadas à como atuar em pequenas localidades como Ibitipoca, que vêm sofrendo acentuada descaracterização com o processo do turismo. Essas ações/diretrizes seriam em prol de uma manutenção do lugar que considere ao mesmo tempo a dinâmica de desenvolvimento que o turismo traz, não entendendo essa manutenção com o intuito de manter estáticas as estruturas físicas ou as relações sociais, mas sim no sentido de uma não transformação da Vila Conceição do Ibitipoca em um lugar genérico.

Inserem-se nessas medidas discussões acerca da construção civil e sistemas construtivos novos nesse meio, políticas públicas urbanísticas que visem o equilíbrio ambiental e patrimonial com sua valorização cultural, proteção também sobre os costumes locais, trabalhos educativos com as organizações sociais ali presentes, enfim, formas de tornar o desenvolvimento consciente ou “sustentável”, considerando a participação da comunidade local nesse processo de construção, conforme focado anteriormente.

Além das proposições de atuação, busca-se uma definição da forma de estudo para a percepção da essência do lugar, a qual deve ser mantida. Tal definição é que permitirá o aprimoramento da gestão de conservação, na ideia apresentada do que pode ser considerado um desenvolvimento turístico sustentável.

CONCLUSÃO: RESULTADOS ALCANÇADOS

Por hora, o resultado esperado para a pesquisa é sua consolidação através da proposição de medidas de gestão que realmente tenham eficácia na prática e possam vir a garantir a preservação do lugar, conforme apresentado.

O trabalho encontra-se no seu início de desenvolvimento e, por isso, a ideia ainda será mais destrinchada, porém o destaque aqui é dado à definição do objetivo maior, visto

como uma necessidade atual a ser discutida quanto à pertinência do tema e sua chance de resultados passíveis de concretude.

REFERÊNCIAS

AMARO, João Júlio Vitral. A gestão dos recursos naturais - possibilidades e limites dos atuais instrumentos. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, 2004, São Paulo. Anais da Conferência Latino Americana de Construção Sustentável. São Paulo: ENTAC, 2004.

_____. Uma discussão sobre a fundamentação da teoria econômica para o desenvolvimento urbano sustentável. In: 8º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre. Anais do 8º Encontro Nacional da Anpur. Porto Alegre: ANPUR, 1999.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. O lugar da arquitetura depois dos modernos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (1993)

AUGE, Marc. Non-places: introduction to an anthropology of supermodernity. Tradução John Howe. Londres: Verso, 1995, p. 40. (1992)

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: KUHNEN, Remberto Francisco; LEAL, Antonio da Costa; LEAL, Lídia do Vale Santos. Bachelard (Os pensadores). 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 93-266. (1979)

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (org.). Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BEDIM, Bruno P. O processo de intervenção social do turismo na serra de Ibitipoca (MG): Simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”. Monografia (Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. Turismo e Mudanças Socioculturais em Conceição de Ibitipoca. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo da UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2005.

BICUDO, Maria Aparecida V.; ESPÓSITO, Vitória Helena C. (org.). Joel Martins... Um seminário avançado em fenomenologia. São Paulo: EDUC, 1997.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUENO, Ayrton Portilho. Novos loteamentos, velhos paradigmas. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 175-184.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. Código de obras - Lei nº 582/77. Lima Duarte: Prefeitura Municipal de Lima Duarte, 1977.

_____. Lei nº 1.155: Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca. Lima Duarte: Prefeitura Municipal de Lima Duarte, 2001.

CASTELLO, Lineu. A re-arquitetura da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 244-258.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 186-206.

COOPER, C. et al. Turismo, princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRESTON, Helena T. Percepção e afetividade na contemporaneidade: intervenção na Vila Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

FAIRCLOUGHT, Graham. Cultural landscape, sustainability and living with change? In: TEUTONICO, Jeanne Marie; MATERO, Frank (org.). Managing change: sustainable approaches to the conservation of the built environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HEIDEGGER, Martin. Ensaio e Conferências. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (1954)

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-

40.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (1945)

MONTANER, Josep Maria. La modernidad superada – Arquitectura, arte e pensamiento del siglo XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 443-461. (1976)

LEACH, Neil. La an-estética de la arquitectura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 96-98. (1999)

LE GOFF, Jaques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1996.

RICOEUR, Paul. La memoria, la historia, el olvido. Trotta: Madrid, 2003, p. 518-529.

SALES, Breno Augusto Garcia. Natureza, Paisagens e Educação: reflexões conceituais na trilha de um estudo sobre a agência de conhecedores. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais do V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis: ANPPAS, 2010.

TUAN, Yi-fu. Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. (1974)

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.